

Mestre Maria José de Azevedo Araujo[1]

RESUMO

Apresenta-se uma pesquisa bibliográfica intitulada: *DO PROFESSOR TRADICIONAL AO EDUCADOR ATUAL: DESEMPENHO, COMPROMISSO E QUALIFICAÇÃO*. Trata-se de breves reflexões sobre a importância do educador brasileiro, perspassando por aspectos históricos, sociais, pedagógicos e legais. Destaca-se a seriedade do trabalho educativo e refere-se a alguns aspectos relevantes do fazer pedagógico no desempenho das atividades educacionais. Os problemas de formação de quadros para a formação básica são complexos. O avanço do conhecimento, as inovações tecnológicas e a expansão da informação estão transformando o mundo e exigindo novas respostas da escola e nova configuração do desempenho do professor. A qualidade do ensino relaciona-se estreitamente à formação, condições de trabalho e remuneração dos docentes, elementos esses indispensáveis à profissionalização do educador. É preciso repensar a qualidade do ensino ministrado pela escola básica e sua tarefa na formação de cidadãos capazes de participar plenamente da vida econômica, social, política e cultural do país.

PALAVRAS – CHAVE: Educação / Formação do educador / Escola / Sociedade.

ABSTRACT

This bibliographic research is entitled: *The Lord of Knowledge*. It is about brief reflections upon the importance of the Brazilian educator through historical, social, pedagogical and legal aspects. The seriousness of the educative work is highlighted and this study refers to some relevant aspects related to the pedagogical performance as for educational activities. Problems in the training of a staff that will deal with basic education are complex. The advance of knowledge, technological innovations, and the spread of information are transforming the world and demanding new answers from the school and a new configuration of the teacher's performance. The quality of teaching is strictly related to the professional's training, work conditions, and the salary paid to the teachers, elements that are indispensable to the professional training of the educator. It is necessary to rethink the quality of teaching that is being offered by the basic school and its success in the task of training citizens who will be capable of fully participating in the economic, social, political, and cultural aspects of the country.

KEYWORDS: Education / Educator's training / School / Society.

INTRODUÇÃO

O artigo científico intitulado *DO PROFESSOR TRADICIONAL AO EDUCADOR ATUAL: DESEMPENHO, COMPROMISSO E QUALIFICAÇÃO*, tem por objetivo analisar aspectos da profissão de educador do passado e do presente na sociedade brasileira. Buscou-se desenvolver o tema o *papel do educador* através de pesquisa qualitativa. Determinou-se o estudo por meio de levantamento bibliográfico em livros de teóricos da educação que são valorizados na atualidade e que são referências na área, tais como: Aranha (1996), Gonzalez, (2002), Morin, (2002), Masetto (2003), além de consulta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 9394/96 e ao Dicionário Brasileiro Globo (1998).

Os estudos sobre a formação dos educadores têm se desenvolvido muito nas últimas décadas devido a sua importância e conseqüências para a sociedade. Portanto, sentiu-se a necessidade de estudar sua contribuição na formação integral do

cidadão, uma vez que a escola possui entre os seus objetivos, abranger os aspectos físicos, sociais e afetivos na construção de sujeitos críticos e reflexivos. O aluno é considerado um agente ativo de seu conhecimento, a família e os professores, são mediadores na constituição do saber e no desenvolvimento da personalidade. Mas afinal... Qual é o papel da escola na sociedade? E o papel do educador? Ser professor ou ser educador? Quais são os ganhos e as perdas na educação de *ontem* e de *hoje*? Ser tradicional ou ser inovador? O que representa o educando na relação com o educador?

Para Fernandes et al (1998, p. 213),

Educador é aquele que educa; pedagogo; preceptor. Educando é aquele que está recebendo educação; aluno; colegial. Educação é o ato de educar; conjunto de normas pedagógicas aplicadas ao desenvolvimento geral do corpo e do espírito; polidez; cortesia; instrução; disciplinamento.

A concepção de professor tradicional aponta-nos um profissional do passado e conseqüentemente superado... Quem era o profissional da educação? A imagem do professor era tida como sagrada, uma pessoa austera, compenetrada, sem direito de demonstrar ou exteriorizar seus sentimentos. A ciência e o conhecimento careciam de uma atitude contemplativa, com o verbalismo do professor na ansiedade em transmitir o saber acumulado culturalmente e historicamente pela sociedade.

No século XXI o cidadão brasileiro espera e exige um educador cuja formação torna-o capaz de enfrentar os obstáculos da própria deficiência e limitação com um olhar mais realista e comprometido com a qualidade. Aguarda ainda que ele venha a desenvolver a capacidade e a competência para trabalhar com a educação, até mesmo a educação inclusiva, cotidianamente, assumindo a responsabilidade da educação na diversidade.

A educação inclusiva, a educação para a diversidade, não integra apenas os portadores de necessidades educativas especiais, físicas e motoras, mas todo e qualquer tipo de diferença que exija do educador uma postura ética e comprometida com a atuação adequada aos novos paradigmas educacionais, num estilo desvinculado dos moldes discriminatórios e tradicionais e bem firmado nos paradigmas da criatividade e da inovação, com esforço constante de motivar os alunos a uma participação ativa e prazerosa, na descoberta do saber coeso, integrante e interdisciplinar.

A ESCOLA TRADICIONAL

No século XX, há apenas algumas décadas, a escola era considerada uma espécie de *sonho dourado*, capaz de levar e elevar valores, possibilitando concreta de mudança no status social do cidadão. A relação professor-aluno era vertical, piramidal, pois era hierárquica e tinha como conseqüência a submissão, o medo do aluno de se expor perante o público, restrito ou não, numa atitude submissa e apática, sendo, portanto considerado como um componente do conhecimento, o receptor da tradição cultural, aquele que nada sabe e que precisa do professor para *absorver*, como uma esponja jogada na água, a informação vinda deste profissional.

A sociedade através das famílias, depositava total confiança na escola e nos educadores, inclusive mantendo uma relação de companheirismo e contraditoriamente, de distanciamento, confiando o comando das demarcações e determinações sobre o tipo de educação dos seus filhos ao professor, considera-o

possuidor da austeridade da tradição cultural e da ética, o formador do caráter e dos costumes adequados àquela comunidade, responsável e executor do papel de transmissor do conhecimento formal.

Não se discutiam propostas educacionais. Os modelos eram determinados pelos docentes e acolhidos pacificamente pela comunidade escolar. A escola tradicional era centrada no professor (magistrocêntrica), e na transmissão dos conhecimentos. O professor assumia o papel de detentor do poder, pelo poder do saber, com o desejo de ser reconhecido pelos outros professores, pelos seus alunos e pela sociedade. Admitir que cometesse um erro, ou que não sabia responder ao questionamento do seu aluno, era uma espécie de desmoralização, de *pecado mortal* algo intolerável na sociedade.

O currículo era padronizado, adotado igualmente em todas as escolas brasileiras. A prioridade da escola tradicional era trabalhar valorizando o desenvolvimento do conhecimento determinado pelo currículo escolar. O professor ao término de cada ano letivo era muito cobrado em relação ao ensino de todo o conteúdo determinado por esse currículo.

Os alunos aprendiam os hinos pátrios: Nacional, da Independência, da Bandeira... Os quais eram cantados enquanto as bandeiras eram hasteadas ou derreadas, numa atitude patriótica em que a comunidade escolar ficava perfilada, em sinal de reverência aos símbolos nacionais.

O horário e o uso do fardamento escolar eram exigidos e os alunos eram considerados um grupo homogêneo e único. Não havia preocupação com as diferenças individuais, principalmente as diferenças culturais, sociais e financeiras. Existia uma valorização da concorrência entre os alunos, reprimidos por um sistema avaliativo classificatório. O professor trabalhava com recompensas e castigos. A escola era empirista, ou seja, priorizava e valorizava enfaticamente a assimilação por parte do aluno, do conhecimento externo adquirido por meio de transmissão, sem a exigência de maiores elaborações individuais. *Argüir* era um verbo usado durante as aulas apenas com o objetivo de conhecer para decorar e não para refletir-agir-refletir estabelecendo uma conexão entre a valorização do conhecimento prévio e a construção a partir das diversas conexões possíveis e articuladas de uma aprendizagem significativa.

A metodologia adotada tinha por princípio o *aprender mecânico*, sem a relação com o real. Também era bastante comum o uso da *sabatina*, principalmente na disciplina Matemática, mais especificamente a tabuada, tida como o pavor de alunos que apresentavam dificuldades para decorar. Outra disciplina que exigia que o aluno decorasse o texto era História.

O conteúdo visava à aquisição de noções, dando-se mais ênfase ao esforço intelectual de assimilação do conhecimento. A metodologia mais adotada era a da aula expositiva, centrada no professor. Durante as aulas os alunos ficavam sempre enfileirados, carteiras postas atrás das outras carteiras, no rigor do *bom comportamento*, uns sentados atrás dos outros, com destaque para situações em sala de aula nas quais eram feitos exercícios de fixação, como leituras orais e silenciosas além de muitas cópias de lição, de casa e de aula.

Repetições *quilométricas* de lições eram adotadas como forma de levar o aluno à identificação da grafia das palavras mais complexas. Era uma técnica de estudo que levava o aluno a *gravar* o modo *correto* de escrever.

O alfabeto era *cantado* por professores e repetido pelos alunos como forma de decorar o conteúdo tão necessário para o processo de alfabetização. Era também bastante comum o aluno *cantar* a lição que vinha *decorada* de casa. Muitas vezes embora ele soubesse declamar todo o texto, *de cor e salteado*, nem sempre era possível identificar cada palavra, pois, eles não as reconheciam no texto.

A avaliação valorizava os aspectos cognitivos, supervalorizando a memória e a capacidade de restituir o que foi assimilado. Os testes assumiam um papel central entre os instrumentos de avaliação, chegando a determinar o comportamento do aluno, sempre preocupado em *estudar o que seria avaliado*, sem consciência da importância de aprender.

O sistema disciplinar era paternalista, imperioso e dogmático. O caráter normativo das escolas e o rigor das penalidades favoreciam a submissão do aluno, para quem a subordinação era a virtude primeira. A manutenção da disciplina e da ordem era garantida freqüentemente por meio de castigo corporal, técnica pela qual se mantinha a ordem pela intimidação, o que era considerado normal. Os professores tinham inclusive o *poder da palmatória* nas mãos. Além da palmatória era comum o uso de grãos de milho para o aluno ajoelhar-se, entre outras *criativas* punições.

Criticar o intelectualismo da escola antiga não significa descuidar da transmissão de conteúdos; negar o enciclopedismo não implica desprezar a aquisição de informação dosada e necessária; recusar o autoritarismo do mestre não é deixar de reconhecer a importância de sua autoridade e assimetria com relação ao aluno; acusa-la de passadista e de estar a reboque dos acontecimentos não significa abandonar o estudo dos clássicos e toda a herança cultural.

Com isso não se pretende retornar à escola tradicional, mas sim avalia-la sem preconceitos, a fim de evitar uma abordagem superficial e falsa, incapaz de reconhecer o que ainda interessa conservar. Afinal, muitos dos valores da escola tradicional são valores iluministas que ainda não foram realizados na escola contemporânea. (Aranha, 2002, p.162)

Estudar o primário, equivalente à fase inicial do atual Ensino Fundamental, era motivo de orgulho para quem tinha acesso e para a família, pretexto para fazer belas festas de formatura, em que as mulheres usavam os seus melhores vestidos e os homens também se preocupavam com a exposição mais impecável da sua aparência. Tudo isso para comemorar a ocasião tão distinta e que os habilitava (entre outras tarefas) a ensinar formalmente em escolas, com o direito de embolsar um mísero salário, mas com todo o respeito e a credibilidade social. Conforme o dito popular: *Em terra de cego quem tem um olho é rei.*

Àquela época, ser aprovado no exame de admissão era empreitada que desafiava professores e alunos. Comparável talvez à responsabilidade de passar no vestibular na atualidade. As escolas que mais aprovavam eram reconhecidas pela comunidade e a procura por vagas tornava-se tão grande que, em alguns casos era preciso solicitar o apadrinhamento, os *favores especiais* de amigos para conseguir o direito a matrícula nestas escolas.

Educação contínua e de qualidade era, como ainda é, privilégio de poucos. A classe social menos favorecida acostumou-se à política do assistencialismo e apadrinhamento imediatista e bastante discriminatório que tinha e tem como intuito esconder as deficiências da sociedade. Vestibular, nível superior... Era sonho de muitos, mas, de realização para poucos.

O EDUCADOR CONTEMPORÂNEO

O educador é o profissional responsável por atender às exigências impostas pela necessidade social de aperfeiçoar cidadãos conscientes e aptos, prontos a enfrentar os obstáculos do seu cotidiano. É o profissional que desenvolve o currículo escolar, responsável por conduzir saberes científicos, conteúdos formais, com base nos conhecimentos prévios destes alunos, além de receber dos educandos novas informações que vão modificando e enriquecendo gradativamente a sua visão de sociedade, civilização e de mundo.

Hoje, por um lado a família censura a escola, e por outro, contraditoriamente, transfere volumosa parte do que seria sua empreitada educativa em relação à educação informal para "os ombros" da escola e de seus professores. Para mudar essa realidade é dever do educador "*envolver*", conquistar a família, buscando a sua participação no processo educacional contribuindo para a aprendizagem do aluno. Sabe-se que o novo paradigma educacional, com sua evolução, leva a sociedade a exigências qualitativas que são visíveis e prioritárias, requerendo um novo tipo de sujeito que assume o papel *de ensinante e ao mesmo tempo de aprendente*.

O novo sujeito educativo é o educador que é capaz de entender a heterogeneidade da turma, adequando-se e integrando-se a ela, tendo domínio do conteúdo que o torne capaz de promover o intercâmbio entre os alunos e o conhecimento, conseqüentemente estabelecendo uma relação harmoniosa em atendimento às exigências do princípio da inclusão.

A educação inclusiva não constitui uma nova expressão para designar a integração dos alunos com necessidades educacionais especiais. O conceito de inclusão é mais amplo que o de integração porque enfatiza o papel da escola comum na tarefa de atender à totalidade dos alunos. A inclusão constitui um enfoque inovador para identificar e abordar as dificuldades educacionais que emergem durante o processo ensino-aprendizagem.

O princípio da inclusão orienta as ações dirigidas à superação das práticas de ensino tradicionais, que consideram as limitações dos aluno(a)s para explicar as dificuldades de aprendizagem como resultado da influência do contexto que cria barreiras ao sucesso escolar.(Brasil, 2005, p.63)

Com o novo educador o *fazer pedagógico*, torna-se mais sensível e aprimorado, reforçando uma postura mais humana em seu desempenho em paralelo ao desempenho profissional, dotado de um conjunto de capacidades que incluem habilidades e competências, que o torne capaz de realizar um trabalho mais cooperativo, integrador atualizado e responsável, com mobilidade e interação, preparado para criar condições novas, transpirando afetividade e *paciência pedagógica*.

No convívio escolar, educandos e educadores estão sempre aprendendo a aprender, a fazer, a ter, a conviver, a empreender e a transformar-se em um indivíduo mais informado e autônomo e a desenvolver também a concepção, execução e avaliação

do trabalho pedagógico num contexto participativo no âmbito da escola, dos sistemas de ensino ou outros espaços organizacionais, educacionais e culturais, com diferentes sujeitos sociais.

O que a sociedade precisa é de profissionais intelectualmente preparados, capazes de atuar de forma competente. Esse preparo será encontrado no conhecimento científico, mas, é através da prática que ele vai exercitar o seu espírito docente e humano quanto aos problemas e às dificuldades encontradas, fortalecendo-se como educadores, traçando um paralelo entre o conhecer e o saber, o *praticável* que produza prazer e qualidade educativa. Para Morin (2002, p.108),

A democracia supõe e nutre a diversidade dos interesses, assim como a diversidade das idéias. O respeito à diversidade significa que a democracia não pode ser identificada com a ditadura da maioria sobre as minorias; deve comportar o direito das minorias e dos contestadores à existência e à expressão, e deve permitir a expressão das idéias heréticas e desviantes. Do mesmo modo que é preciso proteger a diversidade das espécies para salvar a biosfera, é preciso proteger a diversidade de idéias e opiniões, bem como a diversidade de fontes de informação e de meios de informação (imprensa, mídia), para salvar a vida democrática. É preciso conduzir a aprendizagem dos alunos numa relação de respeito, reforçando uma postura humana integrada à postura do educador, com a responsabilidade de avaliar as peculiaridades de cada aluno.

Esses mesmos alunos estão nos olhando, ansiosos pelas descobertas, pelas novidades, pelo desejo de "aprender a aprender". Ser da geração tecnológica é ter um diferencial veloz, qualitativo e quantitativo do conhecimento. Quantos de nós educadores estamos mais defasados no conteúdo do que aquele aluno que tem tempo disponível e é capaz de lidar com a mais nova tecnologia da informação e da comunicação?

Conforme Masetto (2003, p.82),

[...] A oportunidade de alunos e professores, pessoalmente e por interesse e motivação própria, poderem entrar em contato imediato com as mais novas e recentes informações, pesquisas e produções científicas do mundo todo, em todas as áreas; a oportunidade de desenvolver a auto-aprendizagem e a *interaprendizagem* pelos microcomputadores das bibliotecas, das residências, dos escritórios, dos locais de trabalho faz com que tais recursos sejam incorporados ao processo de aprendizagem, uma nova forma de se contactar com a realidade ou fazer simulações facilitadoras de aprendizagem.

O professor competente deve estar pronto para inovar, desenvolver um processo de reflexão na prática educativa e sobre esta prática. É preciso trabalhar com uma aspiração interior, buscando sempre a qualidade da educação. Fazer auto-avaliações constantes, usando o olhar crítico de quem possui a capacidade de saber o que faz e o que deve ser feito, com a tranquilidade de perceber onde errou e onde acertou a cada final de um dia letivo. Conforme Masetto (2003, p.30), a escola precisa de, Um professor que forme com os seus alunos um grupo de trabalho com objetivos comuns, que incentive a aprendizagem de uns com os outros, que estimule o trabalho em equipe, a busca de solução para problemas em parcerias, que acredite na capacidade de seus alunos aprenderem com seus colegas, o que muitas vezes é mais fácil do que aprender com o próprio professor. Um docente que seja um motivador

para o aluno realizar as pesquisas e os relatórios, que crie condições contínuas de *feedback* entre aluno-professor e aluno-aluno.

[...] É fundamental que nossos professores entendam, discutam e busquem uma forma de realizar na prática esse tipo de relação.

Encarar os desafios atuais da carreira é ser capaz de desenvolver o espírito, a postura e a competência de Educador. O educador de hoje, deve lembrar-se de que já foi, ou ainda é, aluno. A relação com os educandos deve ser de colaboração, reciprocidade e permeada por uma interação harmônica num trabalho pedagógico mais dinâmico.

Todo curso de formação do educador deve promover uma formação ampla e consistente sobre a educação e sobre os princípios políticos e éticos pertinentes à profissão docente, desenvolvendo habilidades para gerenciar conhecimentos. É preciso estender à comunidade os benefícios do compromisso científico em favor do ensino e da pesquisa, numa visão projetiva, reflexiva e prática da atuação do profissional.

A instituição de ensino formadora de profissionais da educação precisa ter clareza das exigências do mercado de trabalho, tanto para si, quanto para os seus educandos. Assim, objetiva-se uma formação que combine e equilibre o desenvolvimento técnico e humanístico, e que promova a visão integral do ser humano, com autonomia do sujeito e respeito à diversidade, levando-o à liberdade de expressão e ao pluralismo de idéias.

A importância da aprendizagem através da pesquisa é fundamental na prática de um ensino construtivista. Através dela é possível manejar e reconduzir conhecimentos, em atendimento às expectativas do mundo moderno, visando uma perspectiva de um futuro de transformações.

Possibilitar a abstração na reflexão pode produzir independência de pensamentos e de ações, analisando fatos, a partir dos princípios de autonomia e da preservação cultural e artística em benefício da comunidade. A educação é o centro gerador de desenvolvimento de qualquer nação, de qualquer país, mas o ensino deve ser dinâmico e criativo.

Em decorrência disso, a educação escolar pode contribuir grandemente para a formação de pessoas com senso crítico da realidade. Cabe à Universidade estimular a criatividade científica, formar profissionais, agregar conhecimentos para responder aos problemas do mundo, dando conta do universal e do particular, articulando o conhecimento: pesquisa, ensino e extensão e, por fim, prestar serviços especializados à comunidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, de dezembro de 1996, tem um título específico para educadores, está intitulado: *Dos profissionais da educação*. São sete artigos: do artigo 61 até o artigo 67. Destaca-se o artigo que aborda sobre a valorização dos profissionais da educação brasileira:

Art.67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I-ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

Parágrafo único – a experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções do magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

Este artigo de Lei comprovava com clareza que todo educador tem obrigação de conhecer as leis que regem o ensino brasileiro e trabalhar buscando discernir perspectivas de mudança na realidade social, política e educacional na conjuntura educativa brasileira, se revelando com o olhar investigativo, para poder interagir e avaliar com coerência, prudência e capacidade o modelo educacional adotado no Brasil.

Foi a partir da LDBEN de 1996 que surgiram novos e renovados estatutos, planos e mais planos de carreira nos municípios brasileiros. Nos planos de carreira, conforme o artigo citado deve constar formas de valorização do magistério. Os planos não são iguais, pois devem apresentar-se conforme a realidade, as possibilidades de cada município, alguns são mais abastados financeiramente, outros mais pobres. Exige-se a seriedade na seleção de recursos humanos, pois para atuar no serviço público é necessário o empenho na seleção de candidatos em concursos que, além das provas escritas deve valorizar e buscar o diferencial qualitativo no currículo de cada concorrente.

O novo modelo de ensino-aprendizagem propõe que o docente abandone o papel de transmissor de conteúdos para se transformar num pesquisador; Teoria e prática não são dissociáveis, pois o relacionamento adequado com a prática ocorre por meio de pressupostos teóricos. Isso não significa que somente a experiência ou a instrução universitária poderão valer por si sós. O docente necessita do conhecimento teórico para saber como lidar com as adversidades nos limites da comunidade escolar, da própria escola e da sala de aula, além de definir métodos e técnicas de ensino mais apropriadas a cada turma. Esse conhecimento será o sustentáculo do fazer pedagógico.

CONCLUSÃO

A educação de qualidade deve ser a meta primordial de qualquer governante. Sendo assim, o ideal é que seja oferecida uma escolaridade ampla e obrigatória para todos, sem distinção de classe social. O governo tem a responsabilidade de conduzir as decisões, a forma como a política educacional será determinada.

A qualidade do ensino relaciona-se estreitamente à formação, à autonomia pedagógica do educador, às condições de trabalho e à remuneração dos docentes, elementos esses indispensáveis à profissionalização do magistério. Faz-se necessário uma escola qualificada que possa atender tanto às expectativas dos alunos quanto às dos educandos.

Portanto, buscam-se valores e re-significações na organização do trabalho pedagógico, na perspectiva de uma cultura da transformação. Institucionalmente, a operacionalização da educação deve estar inteiramente permeada dos fundamentos

de valores filosóficos e morais. Liderança, habilidade para trabalhar em equipe, facilidade de comunicação oral, escrita e tecnológica, gosto pelo ensino, são características que auxiliam a boa atuação deste profissional.

O educador não deve ficar "preso" às quatro paredes da sala de aula. A dinâmica do trabalho exige que se estimulem os alunos a querer um ensino mais baseado em projetos que encaminhem o processo educativo à interdisciplinaridade, à multidisciplinaridade e à transdisciplinaridade.

Desenvolver o gosto pela leitura e pela pesquisa é outro caminho a ser seguido nas Instituições escolares brasileiras em todos os níveis de ensino. É necessário que os estudantes participem de aulas mais pedagógicas, divertidas, prazerosas, com métodos e técnicas diversificados, que eles tenham aulas expositivas, participem de seminários, trabalhem em grupos e individualmente...

Que os alunos estudem em um ambiente com diferentes situações de aprendizagens, usando e abusando de uma metodologia mais atualizada, através da busca de um saber mais lúdico, dinâmico e atualizado, com novas disposições das carteiras e com a participação em jogos, gincanas, feiras de ciências, desafios, resoluções práticas de questões, e brincadeiras coerentes e educativas.

É através do resgate de princípios éticos e motivadores que se espera preparar o profissional da educação, superando as diferenças sociais, contribuindo com ações para se efetivarem políticas inclusivas. Dominar a linguagem tecnológica, os recursos computacionais, priorizar temas mais realísticos no contexto social, político, cultural e educacional, reescrever e reconstruir continuamente paradigmas e teorias que orientem sua atitude de mediador da aprendizagem são os desafios para o educador. Na condição de princípio científico, a busca constante da ação-reflexão-ação apresenta-se como instrumentação teórico-metodológica para construir o processo de mudança que favorecerá a educação de qualidade. O sistema de ensino público e privado é o que torna a sociedade capaz de promover mudanças para um melhor resultado em conjunto. A escola por sua vez tem o poder ao lado da família, de formar cidadãos. Urge que haja uma cobrança maior no que diz respeito à educação brasileira, pois são poucas as medidas inovadoras adotadas, e o sistema educacional de qualidade para todos está estagnado. Toda a sociedade deve se unir em prol da melhoria da nossa educação.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. São Paulo, Moderna, 1996. 254p.

BRASIL. Educar na Diversidade. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2005. 266p.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC. Brasília, 1996.

FERNANDES, Francisco et al. Dicionário Brasileiro Globo. São Paulo: Globo, 1998. 678p.

GONZALEZ, José Antonio Torres. Educação e Diversidade. Bases didáticas organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002. 280p.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo, Cortez, 2002. 118p.

MASETTO, Marcos Tarcisio. Competência Pedagógica do Professor Universitário. São Paulo, Summus, 2003. 195p.

**[1] Graduada em pedagogia, especialista e mestre em educação (UFS). Professora da Rede Pública Municipal de Ensino de Aracaju. Docente das disciplinas pedagógicas dos cursos de graduação e de pós-graduação das Instituições: Faculdade Pio Décimo e Universidade Tiradentes. Livros publicados: "Prática Pedagógica Supervisionada III", "Prática Pedagógica Supervisionada IV", "Organização do Trabalho Pedagógico". Organizou e publicou: "Quem Tem Medo do TCC?". Líder de grupo de estudo de pesquisas interdisciplinares na área da educação – GEPISTAE. Responsável pela publicação do Boletim do CONMEA – AJU. Membro do corpo editorial dos cadernos pedagógicos "Escola Aberta – SEMED – AJU." Artigos publicados: "Pressupostos da educação infantil", na Revista Humanitas; "Reflexões sobre a educação infantil" e "Aconteceu na educação infantil", na Revista Hora de Estudo.
Azevedo1956@bol.com.br**

